

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE POMPEIA, REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2023.

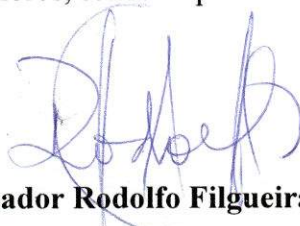
Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e dez minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Pompeia, Estado de São Paulo, realizou-se a Audiência Pública para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do município referente ao **PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023** (dois mil e vinte e três), conforme **convocação publicada no Jornal "A ÉPOCA" no dia 13/05/2023**. A reunião foi presidida pelo Contador do Município de Pompeia, Sr. Paulo Roberto Gumieiro, representando o Executivo Municipal. Estiveram ainda presentes o Vereador, Rodolfo Filgueira Marino, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Vereador, o Senhor Waldemar Merencio da Silva Neto, e a Vereadora Senhora Claudia Gomes da Silva Oliveira Bento, ambos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, ainda os Vereadores Senhores Plínio José Arf Leal, Carlos Eduardo da Silva Schmitt, Marcio Rogério Caffer e o Presidente da Câmara Jorge Luis Chicarelli Martin, também as servidoras da Câmara Municipal de Pompeia, Senhoras Franciele Costa e Silva, Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto e Juliana Zanquetin da Silva Chicarelli, pelo Poder Executivo, as Senhoras Érica Lucia Oliveira Vasconcelos e Cíntia Sanae Matsuo. A Sessão foi transmitida ao vivo pela internet (Facebook). Após os cumprimentos, o Senhor Paulo Roberto Gumieiro, Contador do Município de Pompeia, começou explanando sobre a exigência do cumprimento da Lei de responsabilidade Fiscal, salientou que nos meses de maio, setembro e fevereiro do ano subsequente o Poder Executivo é obrigado apresentar os números da Execução Orçamentária Financeiros dos respectivos, quadrimestre, dando início aos números, a receita orçada para o exercício da prefeitura, deixou bem claro que os dados são exclusivamente da Prefeitura e não do Município, estava previsto um valo de R\$ 136.887.000,22, dividindo isso por quadrimestre, representa uma média de R\$ 45.629.000,08. O Município arrecadou R\$ 41.003.513,34, sendo assim o Município arrecadou a menor R\$ 4.625.486,74, em relação ao que estava previsto. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro explicou que quando foi elaborado em setembro na LOA, uma previsão das receitas que seria arrecada como: ICM,FPM,IPTU, ISS, Transferências de Governo Estadual e outras, exaltou que o IPTU que ainda não teria arrecadado nada ainda no ano de dois mil de vinte e três, pois continua em fase de entrega. Usando da Palavra o Vereador Rodolfo Filgueira Marino,

perguntou para quando estaria previsto a cobrança do IPTU, o Senhor Paulo Roberto Gumieiro, respondeu acreditar que a partir de junho, julho no máximo, já estará na mão dos munícipes o IPTU, isso leva a uma diminuição na receita é evidente que quando colocamos R\$ 136.887.000,22 de receita, você vai lá na despesa e aloca R\$ 136.887.000,22, tendo assim as rubricas dentro do Orçamento, dentro do segmento de cada secretaria que na soma da R\$ 136.887.000,22, então explicou que mesmo estando previsto termos de gastar somente os R\$ 41.003.513,34 e não os R\$ 45.629.000,08, para equilibrar o orçamento, mas exaltou que a Prefeitura passou com um superavit de R\$ 6.224.551,67 em 31/12/2022, isso cobre financeiramente esse déficit financeiro que o município deixou de arrecadar nesse primeiro quadrimestre. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro, apresentou o quadro Receita Orçamentária, mas analítico, demonstrando como foi a Receita Corrente e na Receita de Capital, explicando novamente às variações que resultou no déficit de R\$ 4.625.486,74. O Vereador Senhor Plínio José Arf Leal, perguntou a respeito da previsão da receita de R\$ 45.629.000,08, se com o recebimento do IPTU, não conseguiria equilibrar esse déficit de arrecadação que foi de R\$ 41.003.513,34. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro, respondeu que com certeza esse recebimento amenizaria o déficit, explicou também que tem uma variação com relação ao ICM, pois tem mês com cinco semanas, salientou que o mês de abril teve quatro semanas de contabilização, acredito que o segundo quadrimestre será um pouco maior que o primeiro quadrimestre com relação à arrecadação. O Senhor Rodolfo Filgueira Marino, perguntou qual a média anual de receita de IPTU. O Senhor Paulo solicitou o Balancete de dezembro de dois mil e vinte dois e janeiro de dois mil e vinte três que foi enviado para Câmara para que pudesse informar esses números que foram solicitados, pediu também uma cópia da Audiência do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte dois, para comparar, expos que iria continuar a audiência e logo após, apresentaria os dados a respeito do valor anual do recebimento de IPTU. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro, argumentou que ter orçamento (rubrica) não significa que será usado todo o valor, que por isso os levantamentos quadrimestralmente para adequar os gastos conforme a arrecadação, continuando a apresentação dos dados. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro apresentou os números das despesas, com Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Amortização da Dívida e também as Despesas por Função: Administração, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Educação, e outras conforme documento anexos, totalizando um valor de R\$ 30.332.758,67 de despesas

liquidadas no quadrimestre, apresentou o quadro da Evolução do Orçamento com uma receita arrecadada de R\$ 41.003.513,34 e despesas liquidada de R\$ 30.332.758,67, resultando um superávit financeiro de 26,02%, logo após, demonstrou o quadro da aplicação no ensino, explicando que o valor que compõe a receita da educação e da saúde, são somente as receitas tributária, por isso que diferente da receita arrecadada, exaltando que o município vem aplicando tanto na Educação, quanto na Saúde um valor maior do que o preconizado para categoria, Exemplo: a Receita do Ensino foi de R\$ 39.473.621,21, o 25% obrigatório seria no valor de R\$ 9.868.405,30, mas foi aplicado o montante de 12.098.033,53 totalizando um índice de 30,65% da receita, 5,65% a mais, a mesma situação se deu na saúde com a Receita de R\$ 39.473.621,21, o 15% obrigatório seria no valor de R\$ 5.921.043,18, mas o valor aplicado foi de R\$ 14.248.032,85, totalizando um índice de 36,10% da receita, 21,10% a mais. Questionaram os vereadores se eles achavam que deveria ser aplicado um valor menor e direcionasse para outros setores como estradas, obras, ainda demonstrou a aplicação no magistério, com uma receita de R\$ 4.511.068,46, valor obrigatório de R\$ 3.157.747,92, porém foi aplicado R\$ 4.172.561,82 totalizando um percentual de 92,17%, onde o preconizado seria de 70%, então mais uma vez aplicou 22,17% a mais, exaltou que tanto a Educação e na Saúde a aplicação dos recursos foram bem maior. O Vereador Senhor Plínio José Arf Leal, usando da palavra perguntou se a previsão era gastar 5.921.000,00 na saúde. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro respondeu que esse valor seria os 15% obrigatórios. O Vereador Senhor Plínio José Arf Leal, perguntou gastou quanto, Senhor Paulo Roberto Gumieiro respondeu R\$ 14.248.032,85, o Vereador Senhor Plínio José Arf Leal, perguntou você acha que isso é bom, eu acho que não é bom, é sinal que as pessoas estão ficando doente, do ano passado pra cá então estão piorando, o negócio é gastar com prevenção, e senhor falou de estrada, também se não tiver estrada não tem como a pessoa chegar até a saúde. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro perguntou para o Vereador Senhor Plínio José Arf Leal se achava que estamos gastando mau esses R\$ 14.248.032,85, o Vereador Senhor Plínio José Arf Leal falou que precisava averiguar porque não pode subir tanto assim também, creio eu que vocês podem comprovar tudo que foi gasto isso que é importante. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro respondeu que sim e que os números estão no Tribuna de Contas. O Vereador Senhor Plínio José Arf Leal, eu não estou falando nada, a saúde é uma das melhores da região, sim, mas não sei se é os insumos que subiram. O Vereador Marcio Rogerio Caffer usando da palavra, falou que Senhor Paulo

Roberto Gumieiro, não tem que dar satisfação do que tem que ser feito com o dinheiro, quem tem que ver isso é na prefeitura, tendo que passar apenas os números de quanto gastou, pois cabe a prefeita municipal, se vai gastar na educação ou na estrada. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro retomou as apresentações com o quadro da saúde, citando que conforme explicado acima, o Vereador Rodolfo Filgueira Marino, usando da palavra falou “acredito que o que ele quis dizer (Vereador Senhor Plínio José Arf Leal) seu Paulo, se gastou e qual a necessidade disso”. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro respondeu que se gastou, com certeza houve a necessidade de atendimento, exame, transporte, citando que inclusive vê diariamente os ônibus da saúde transportando pacientes para Marília. O Vereador Senhor Waldemar Merencio da Silva Neto, usando da palavra disse que os 15% é o mínimo, não é a necessidade, pode ser 30, 40% , perguntou se existe um limite para esses gastos. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro, respondeu é questão de administração, o município aplicando o mínimo de 15% na saúde e 25% na educação. O Vereador Rodolfo Filgueira Marino, falou que se não atingisse esse percentual reprovaria as contas do município, o Senhor Paulo Roberto Gumieiro, continuou a apresentação dos quadros, gastos com pessoal a Receita Corrente Líquida apurados dos últimos 12 meses que foi de R\$138.900.000,00, o limite com pessoal, 54% que o executivo tem respaldo legal seria de R\$ 75.000.000,00, 51,30% que o limite prudencial é de R\$ 71.000.000,00, mas o Município gastou R\$ 58.256.000,00 ficando com índice de 41,92% bem abaixo 51,30%, havendo ainda uma margem para atingir o limite prudencial. O Senhor Paulo abordou que Restos a pagar é dívida de exercícios anteriores, a prefeitura tem um resto a pagar de R\$ 37.000.000,00, o DHS tem R\$ 79.000.000,00, totalizando R\$ 116.000.000,00, expondo que com certeza esses valores serão sanados dentro do exercício, pois com certeza é algum serviço que ainda não foi executado. O Senhor Paulo apresentou um quadro com um resumo da receita e da despesa para que os vereadores pudessem analisar os números, em seguida deixou o uso da palavra livre. O Vereador Senhor Plínio José Arf Leal, usando da palavra solicitou que informasse se no ano de 2022 a 2023 tem um saldo positivo, qual valor. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro, respondeu que a prefeitura passou com saldo disponível de R\$ 6.224.551,67, no boletim de caixa da prefeitura no dia 01/01/2023, explicou que esse saldo a prefeitura vem utilizando no decorrer do quadrimestre. O Vereador Rodolfo Filgueira Marino, usando da palavra, no quadro demonstrativo de apuração da receita perguntou, a respeito do IPTU, expondo que, pelo que viu arrecadou até dezembro de imposto e taxas de contribuição de

melhorias R\$ 2.000.000,00. O Senhor Paulo Roberto Gumieiro, respondeu que aqui está de maio de 2022 à abril de 2023, dando R\$ 19.000.000,00. O Vereador Senhor Rodolfo Filgueira Marino, perguntou se o refis já entrou, sendo respondido que já entrou, demonstrando os últimos dos doze meses, no balancete mostra individualmente, expondo que vai levantar esses números e passará mês a mês. Assim, não havendo mais nenhum pronunciamento pelos presentes, o senhor Paulo Roberto Gumeiro, Contador do Município de Pompeia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública, e, para constar, lavrei eu, Érica Lucia Oliveira Vasconcelos, analista de planejamento, a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada pelos membros, sendo impressa em duas vias de igual teor e forma.




Vereador Rodolfo Filgueira Marino

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Waldemar Merencio da Silva Net

Membro da Comissão de Finanças



Vereadora Cláudia Gomes S. O. Bento

Membro da Comissão de Finanças



Plínio José Arf Leal

Vereador



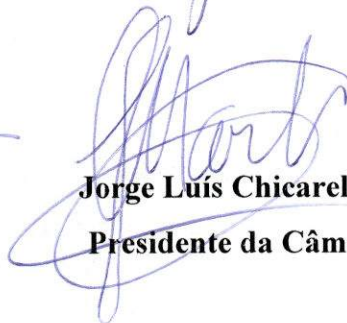
Carlos Eduardo da Silva Schmid

Vereador



Marcio Rogério Caffer

Vereador



Jorge Luís Chicarelli Martin

Presidente da Câmara






Paulo Roberto Gumieiro

Diretor de Finanças e Planejamento


Érica Lucia Oliveira Vasconcelos

Analista de Planejamento


Francielle Costa e Silva

Assessora Parlamentar


Cíntia Sanae Matsuo

Cíntia Sanae Matsuo

Diretor II – Secretaria de Compras


Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Auxiliar Legislativo I


Juliana Zanquetin da Silva Chicarelli

Diretora de Secretaria